

LEI Nº 2.583 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~DEFINE — CRITÉRIOS — PARA
PAGAMENTO DE DÉCIMO TERCEIRO
SALÁRIO AOS VEREADORES DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS~~**

~~CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal deliberou que não são autoaplicáveis as normas do § 4º do art. 39 da Constituição Federal, redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998;~~

~~CONSIDERANDO O Parecer do TC 010/2002 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no Parecer n. TC 7519/2001;~~

~~CONSIDERANDO que os Deputados Federais e Deputados Estaduais recebem o Décimo Terceiro Salário;~~

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, APROVOU e eu Prefeito Municipal de Alegre, SANCIONO a seguinte Lei:~~

~~**Art. 1º** — O Décimo Terceiro Salário é direito dos Vereadores da Câmara Municipal de Alegre-ES.~~

~~**§ 1º** — O Valor do Décimo Terceiro Salário corresponde ao valor do subsídio do Vereador.~~

~~**§ 2º** — O Décimo Terceiro Salário do corrente ano será no primeiro dia útil após a sanção da presente Lei.~~

~~**§ 3º** — A partir do ano de 2003 o Décimo Terceiro Salário será pago no mês da data de aniversário do Vereador.~~

~~**Art. 2º** — Para pagamento do Décimo Terceiro Salário será respeitado o limite imposto pelos artigos 29, VI a VII e 29-A da Constituição Federal.~~

~~**Art. 3º** — As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.~~

~~**Art. 4º** — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Alegre (ES), 31 de dezembro de 2002.~~

~~**JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA** — Caléu
— Prefeito Municipal~~

~~Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.~~